



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - São Paulo/SP - CEP 05459-900 - Tel (011) 3133-3000



ATA DA REUNIÃO EXTRORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

19 de dezembro de 2007 - Av. Morumbi, 4500 - Palácio dos Bandeirantes - Salão dos Pratos
São Paulo – SP.

Aos dezanove dias de dezembro de 2007, às 13:30 horas, reuniram-se no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, à Av. Morumbi, nº.4500, na cidade de São Paulo - SP, os conselheiros, representantes e convidados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH para tratar das matérias constantes em pauta, conforme estabelecido no Ofício CRH no. 014/2007. Aberta a reunião, verificou-se a presença dos seguintes conselheiros e representantes: **Francisco Graziano Neto** e **Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini** representando a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e a Presidência do CRH, **Ricardo Toledo Silva** e **Rui Brasil Assis** representando a Secretaria de Saneamento e Energia - SSE, **Joaldir Reynaldo Machado** representando a Secretaria de Economia e Planejamento, **Marco Marco Antonio Trauzzola** representando a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, **Luiz Sérgio Ozório Valentim** representando a Secretaria da Saúde, **Reinaldo José Rodriguez de Campos** representando a Secretaria dos Transportes, **Flávio Musa de Freitas Guimarães** e **José Wagner Leite Ferreira** representando a Secretaria de Desenvolvimento, **Antonio Vaz Serralha** representando a Secretaria da Fazenda, **Margaret Cruz** representando a Secretaria da Educação, **Luiz Flaviano Furtado** representando a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. **Luiz Takashi Katsutami** representando a P.M. de Álvarez Machado – Grupo 1, **Itavico Dognani** representando a P.M. de Taquarituba – Grupo 2, **Marcelo Liochi** representando a P.M. de Rio Grande da Serra, Grupo 3, **Carlos Aymar Srur Bechara** representando a P.M. de Araçatiguama, Grupo 5, **Jamil Seron** representando P.M. de Tabapuã, Grupo 7, **João Batista Mateus de Lima** representando P.M. de Santo Antônio da Alegria, Grupo 8, **Manoel M. de Jesus Ferreira** representando P.M. de Ilhabela, Grupo 9, **João Carlos Forssell Neto** representando P. M. de Itanhaém, Grupo 11. **Anícia Aparecida Baptistello Pio** representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, **Luiz Sutti**, representando a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP, **Hugo Marcos Piffer Leme** representando a Associação Nacional dos Servidores Municipais de Saneamento - ASSEMAE, **Nelson Vieira** representando o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente - SINTAEMA, **Maria Luiza Taborde Borges Ribeiro "Malu"** representando a Fundação SOS Mata Atlântica, **Miron Rodrigues da Cunha** representando a Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio ambiente - CDPEMA, **Marcelo Beserra** representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo - OAB-SP, **Antonio Silvan Oliveira** representando a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, **Paulo Bezerril Júnior** representando o Instituto de Engenharia - IE, **Arnaldo Pereira da Silva** representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA. **Kokei Uehara** representando a Universidade de São Paulo - USP. **Zuleica Maria de Lisbôa Perez** representando a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental - CETESB, **José Lavrador** e **Marcello Morgado** representando a

44 Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, **Lina Maria Aché**
45 representando a Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação
46 Ambiental - CPLEA, **Paulo Roberto Fares** representando a Empresa Metropolitana de
47 Águas e Energia - EMAE. **David Franco Ayub** representando o CBH-ALPA, Prefeito
48 **Clóvis Volpi** e **Otávio Okano** representando o CBH-AT, **Cláudio Daher Garcia**,
49 representando o CBH-BPG, **José Luiz Gava** representando o CBH-BS, **Carlos Eduardo**
50 **Nascimento Alencastre** representando o CBH-PARDO, **José Roberto Tricoli** Prefeito de
51 Atibaia e **Luiz Roberto Moretti** representando o CBH-PCJ, **Oswaldo Massacazu Sugui**
52 representando o CBH-PP, **Ney Akemaru Ikeda** representando o CBH-RB, **Nazareno**
53 **Mostarda Neto** representando o CBH-SM, **Alex H. Veronez** representando o CBH-SMG,
54 **Jussara de Lima Carvalho** representando o CBH-SMT. Assim, o senhor **Francisco**
55 **Graziano Neto**, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Presidente do
56 Conselho Estadual de Recursos Hídricos faz algumas considerações iniciais ressaltando
57 que, em nome do Governo, gostaria de dizer que, após uma década de funcionamento
58 com êxito, a incorporação da Coordenadoria de Recursos Hídricos à Secretaria do Meio
59 Ambiente apresentou-se como uma grande novidade, inclusive à política ambiental do
60 Estado de São Paulo. “Mesmo considerando as dificuldades iniciais de acomodação,
61 conseguimos avançar em nossa agenda para o fortalecimento do Sistema Estadual de
62 Recursos Hídricos”. Ainda em suas considerações iniciais, o presidente complementa:
63 “Todos têm acompanhado os esforços do Governo em um de nossos projetos estratégicos
64 chamado Licenciamento Unificado. Já inauguramos 13 Agências no Estado de São Paulo.
65 Ao todo serão 56, onde os órgãos ambientais estarão juntos. Imaginamos que em meados
66 do ano que vem, encaminharemos à Assembléia Legislativa um projeto de lei constituindo
67 legalmente e formalmente a Agência Ambiental do Estado de São Paulo. Com isso,
68 estaremos consolidando o sistema ambiental com a gestão dos recursos hídricos, no qual
69 os Comitês de Bacias Hidrográficas terão funções relevantes para o processo decisório
70 nas equações ambientais. Isso é um avanço que trará oxigenação ao Sistema. Há ainda
71 outros projetos ambientais importantes desenvolvidos pela SMA que de alguma forma já
72 estão fazendo esse trabalho entrelaçado. Poderia explicitar em vários momentos a forma
73 pela qual estamos buscando maior integração da agenda azul, com a verde e a cinza, ou
74 seja todas as agendas ambientais. Esse processo é exitoso, todos sentimos isso, e ao
75 mesmo tempo que cuidamos da equação maior, temos de cuidar das práticas rotineiras
76 que não são tarefas simples como por exemplo a alteração que acaba de ser feita no
77 Manual de Procedimentos Operacionais do Fehidro. Absolutamente todo o sistema de
78 informações, estatística e de análise de dados da Secretaria do Meio Ambiente passará a
79 ser feito por bacias hidrográficas. Atualmente, o gerenciamento do projeto Município Verde
80 já está sendo feito por bacias hidrográficas. Enfim, quero ao fazer esse balanço, agradecer-
81 los muito. Aqui, o maior aprendiz fui eu próprio. Só conseguimos avançar porque o Sistema
82 tem uma base crítica muito importante formada por um conjunto de técnicos, que são os
83 Secretários Executivos dos Comitês, e um conjunto de entes políticos, sejam os que
84 representam a sociedade civil, ou entidades organizadas importantes, sejam os prefeitos.
85 É como se estivéssemos fazendo todos os alicerces para agora ir para a frente de forma
86 decidida. Essa é a disposição do Governo, do Governador, da SMA e de todas Secretarias
87 que aqui participam. Temos avaliações positivas. Estamos avançando muito e eu
88 precisava e desejava trazer isso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos”. Na
89 seqüência, o senhor **Ricardo Toledo Silva**, Secretário-Adjunto de Saneamento e Energia
90 do Estado de São Paulo tece seus comentários. “Queria destacar que a Secretaria de Meio
91 Ambiente tem feito um esforço enorme em avançar com o Sistema e deixar registrado que
92 nessa transição nossa pasta tem feito todos os esforços para colaborar com esta
93 Secretaria. Nós do segmento Estado somos um segmento único. A passagem de uma

94 pasta para outra é um ajuste absolutamente normal dentro da evolução da máquina
95 administrativa do Estado e é dentro dessa perspectiva que entendemos um espírito total de
96 absoluta cooperação entre essas duas áreas”. Após a fala do senhor Ricardo Toledo Silva,
97 o Prefeito **Carlos Aymar Srur Bechara**, representando a Prefeitura Municipal de
98 Araçariguama cumprimenta a todos e tece comentários sobre a Sabesp. “Sempre fui muito
99 crítico com a questão da Sabesp mas acredito que os prefeitos devem ser justos. Entendo
100 que por conta de sua atuação e da SMA, a Sabesp pegou um rumo acelerado e as coisas
101 estão acontecendo. Araçariguama tem só que agradecer. Aproveito para dizer que essa
102 deve ser minha última reunião já que me afasto em março por conta da minha pré-
103 candidatura em São Roque. Aproveito para me despedir do Conselho e agradecer a
104 paciência que tiveram comigo ao longo dos anos”. O Presidente da mesa agradece o
105 testemunho do prefeito e pede para que os conselheiros passem à ordem do dia. Coloca-
106 se em discussão a Ata da reunião anterior, que foi **aprovada sem alterações**. Para as
107 comunicações, o presidente passa a palavra para **Rosa Maria de Oliveira Machado**
108 **Mancini**, Secretária Executiva do CRH, representante da Secretaria de Meio Ambiente do
109 Estado de São Paulo, que dá alguns informes rápidos e apresenta **Laura Stela Naliato**
110 **Perez**, também representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo,
111 que fala sobre a manifestação dos Comitês quanto a cobrança pelo uso da água. Laura
112 Stela cita uma oficina realizada com os Secretários Executivos dos CBHs e mostra um
113 quadro geral com o cronograma para implementação da cobrança no Estado. “Resumindo
114 a tabela, em 2007 a cobrança foi implantada no Paraíba e no Piracicaba. Em 2008 mais
115 dois Comitês, o Sorocaba e o Alto Tietê, devem começar a cobrar. Serão 8 CBHs em
116 2009, 7 em 2010 e 2 em 2011, totalizando assim os 21 Comitês de Bacia. A Coordenadoria
117 já tem um projeto aprovado pelo CORHI para divulgação do instrumento cobrança. A idéia
118 é mostrar que a cobrança não se trata de mero instrumento arrecadatório mas de um
119 instrumento de gestão dos recursos hídricos”. Na seqüência, **Rosa Maria Mancini** passa a
120 palavra ao Prefeito de Jacanga, **Ismael Boiani**, que manifestou a preocupação dos
121 agricultores quanto a cobrança. “Vejo com preocupação a criação de mais um imposto
122 penalizando a agricultura. Me manifesto em defesa da agricultura e peço aos conselheiros
123 que analisem com carinho porque acho que é um ônus”. A secretária da mesa diz que a
124 preocupação do prefeito é válida e que a mesma será anotada e encaminhada a Câmara
125 Técnica de Cobrança. Na seqüência, a Secretária passa a palavra a **Gerôncio Rocha**,
126 representante da Coordenadoria de Recursos Hídricos, que fala sobre o relatório de
127 situação dos recursos hídricos. “O relatório de situação é uma peça prevista em nossa
128 legislação. A cada ano deveria ser feito um relatório por bacia e um geral para o Estado.
129 Esse ano o grupo técnico de trabalho do DAEE, IPT e da Coordenadoria preparou um
130 roteiro de indicadores de situação de recursos hídricos baseado nos utilizados pela
131 agência ambiental européia e por alguns outros países. Nesse momento estamos fazendo
132 uma preparação para um ciclo de seminários regionais para aplicação dos indicadores em
133 cada UGRHI. Nossa esperança é que a partir de 2008 teremos um relatório condensado
134 por bacia e com compromisso de ser anual”. O presidente da mesa agradece Gerôncio
135 Rocha e fala sobre a excelência do trabalho desenvolvido. “Estamos construindo algo
136 muito consistente, de alta qualidade e que vai certamente marcar o gerenciamento dos
137 recursos hídricos do País”. A Secretária passa às comunicações sobre os Manuais de
138 Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. “Foi um processo longo que contou com o
139 acompanhamento de uma Comissão do COFEHIDRO, dos Comitês de Bacia, a partir do
140 Fórum Paulista de Comitês, e da equipe da Coordenadoria que trabalhou arduamente na
141 produção da primeira versão e depois, com a total democratização no processo de
142 discussão, conseguiu chegar a sua aprovação total”. O conselheiro Luiz Takashi
143 Katsutami, prefeito de Álvarez Machado, complementa a fala da Secretária. “Faço parte do

144 COFEHIDRO onde foi discutido e aprovado o Manual. Esse avanço mostra a
145 preocupação quanto ao bom gerenciamento dos recursos naturais. Em 2008 teremos
146 oportunidade de aprimorar esse manual para termos critérios mais justos na distribuição de
147 recursos para os próximos anos”. O Presidente da mesa agradece as palavras do Prefeito
148 e passa às deliberações. A Secretária passa a palavra a Luis Fernando Carneseca,
149 Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e representante do Departamento de
150 Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, que apresenta a minuta do projeto de lei
151 do PERH 2008-11. Luiz Fernando diz que na realidade a apresentação é mais informativa
152 do que propositiva já que o PERH tem sua previsão na legislação, com a obrigatoriedade
153 de que a cada quatro anos, no primeiro ano de mandato do novo Governo, uma proposta
154 de PL seja encaminhada para a Assembléia, estabelecendo as diretrizes para o
155 gerenciamento dos recursos hídricos. Complementa dizendo que nesta versão há uma
156 proposta que retirasse essa obrigatoriedade de aprovação por lei, discutida no âmbito da
157 Câmara Técnica de planejamento e consultada a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e
158 Institucionais. Luiz Fernando informa: “trabalhamos na verdade em cima do documento
159 anterior, de quatro anos atrás, estabelecendo as devidas adaptações em função do
160 documento técnico e da situação atual”. O Presidente coloca a explanação de Luiz
161 Fernando em discussão. Ricardo Toledo Silva, Secretário-Adjunto de Saneamento e
162 Energia: “apenas uma inclusão no artigo 11, item 14, quando trata da atribuição
163 assimilação e transporte de efluentes, introduzir a palavra urbana nos âmbitos, industriais e
164 agrícolas, introduzindo então urbano, industriais e agrícola”. Paulo Bezerril Júnior,
165 representante do Instituto de Engenharia- IE, pede que se aprimore a redação do inciso 1º
166 do capítulo 3: “Onde lê-se utilização racional dos recursos hídricos no sistema público de
167 abastecimento de água com redução de perdas, desperdícios e em incentivo, eu colocaria
168 a palavra de reuso, porque é necessário introduzir o reuso inclusive da parte do
169 abastecimento público que já está sendo utilizado muitos em outros países”. Maria Luiza
170 Tabora Borges Ribeiro questiona a respeito da classificação das UGRHIs no Anexo 2, em
171 especial a Baixada Santista que está caracterizada como uma UGRHI de característica
172 industrial, quando na verdade temos Cubatão com uma característica industrial e os outros
173 municípios são estâncias balneárias. Marcelo Beserra, representante da Ordem dos
174 Advogados do Brasil-Seccional de São Paulo OAB/SP, chamou a atenção para o artigo 3o.
175 da divisão das UGRHIs, 22 unidades fazendo referência a lei 9034. Ocorre que essa lei foi
176 para o biênio 94-95. Para simplificar, deixo a sugestão de trazer esse anexo dessa divisão
177 para essa lei para não ter que ficar manuseando uma lei que perdeu a eficácia”. O
178 Presidente da mesa dá seu encaminhamento: A primeira questão é acrescentar a palavra
179 urbano, há consenso? **Ok**. O conselheiro Paulo oferece duas sugestões utilizando o
180 conceito reuso de água onde especificou, há consenso? **Ok**. A Malu da SOS questiona a
181 classificação para a baixada santista. Eu iria encaminhar assim: talvez pudesse na Câmara
182 técnica devida esclarecer melhor o que se entende com esse anexo, que é predominante
183 mas não significa exclusividade e nem direcionará licenciamento nenhum. De qualquer
184 forma, acho que uma evolução nas conceituações caberia, debatendo esse assunto na
185 Câmara técnica, e dizer que pelas resoluções do Conselho o que se entende claramente
186 em cada uma dessas categorias conceituais que estão no anexo. Na Câmara de
187 Planejamento. **Ok**. Com relação ao comentário da Anícia e do Marcelo sobre a lei, fica
188 mantida a divisão do Estado de São Paulo em 22 Unidades hidrográficas de
189 gerenciamento dos recursos hídricos-UGRHI nos termos do Anexo 1. Com as sugestões
190 aceitas pelo Conselho, o Presidente da mesa coloca a deliberação em votação. **Aprovada**.
191 Na seqüência, Francisco Graziano passa a discussão do próximo item da pauta:
192 deliberação que aprova procedimentos para cadastramento e eleição dos representantes
193 da sociedade civil para o mandato seguinte. O senhor Arnaldo Pereira da Silva,

194 representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado
195 de São Paulo (CREA) manifesta a intenção da entidade em ter assento permanente no
196 Conselho. Marcelo Beserra, representante da Ordem dos Advogados do Brasil ressalta a
197 mesma intenção por parte da OAB. A representante da FIESP, Anícia B. Pio, em suas
198 considerações, propõe que seja feita uma revisão do Conselho quanto às representações.
199 O Presidente sugere que se mantenha, pelo menos pelo momento, o Conselho da forma
200 como está e que se abra uma discussão na Câmara Técnica devida. Miron Rodrigues da
201 Cunha, representante da Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio
202 ambiente (CDPEMA), ratifica a necessidade de uma revisão na estrutura do Conselho e
203 reivindica mais vagas para a comunidade ambiental. O presidente mantém a posição de
204 que a questão deve ser discutida em uma das Câmaras Técnicas do Conselho e coloca
205 em votação a deliberação. **Aprovada.** Na seqüência, o Presidente da mesa passa para a
206 deliberação, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do Fehidro. Ele faz um breve
207 histórico das discussões ocorridas e sugere que a através da aprovação desta deliberação
208 seja criada uma comissão que, em 90 dias, deverá apresentar uma proposta a ser
209 aprovada em uma reunião extraordinária do Conselho Estadual para valer em 2009. A
210 deliberação é colocada em discussão. O Prefeito Luiz Takashi coloca que o assunto está
211 sendo discutido desde 2000 e diz esperar que com a constituição do grupo, os critérios
212 estabelecidos sejam cumpridos para 2009. O Prefeito Carlos Aymar pede que a
213 implementação de novos critérios seja adiada por conta de 2008 ser um ano de eleições e,
214 portanto, bastante conturbado. A representante da FIESP, Anícia B. Pio, julga o prazo de
215 90 dias para formação da comissão um pouco curto e pede para que o mesmo seja
216 estendido para 120 dias, assim a Comissão poderá ter um pouco mais de tempo para
217 trabalhar. Paulo Bezerril concorda com a conselheira. Assim, o presidente da mesa propõe
218 um encaminhamento e sugere o prazo de 90 dias prorrogável por mais 30 por decisão
219 justificada, se necessário, do Presidente do Conselho. O Prefeito de Santo Antônio da
220 Alegria, João Batista Mateus de Lima, coloca que a definição de critérios para repartição
221 de recursos é muito difícil e que a avaliação tem que ser feita com cautela. Ele ainda
222 sugere que na análise sejam levadas em consideração as diferentes situações dos
223 Comitês. Na seqüência, o prefeito Clóvis Volpi, de Ribeirão Pires, pede para que o Comitê
224 do Alto Tietê tenha representatividade nessa comissão para avaliar os estudos e auxiliar na
225 redistribuição. O presidente diz que não é o momento para discussão técnica já que será
226 formado um grupo para isso e que apenas precisa-se constituir esse grupo. O Prefeito
227 Manoel Marcos de Jesus Ferreira, de Ilhabela, acrescenta que a comissão constituída
228 deve analisar a eficiência do uso dos recursos em relação às ações e atividades voltadas
229 para o tema dos recursos hídricos. O Presidente da mesa diz que todas as ponderações
230 são pertinentes e segue para a habilitação da comissão, que será formada por três
231 representantes de cada segmento. A Secretária Executiva do Conselho confere a
232 composição do Grupo de Trabalho. Pelo segmento Estado, Secretaria de Saneamento e
233 Energia/Secretaria da Agricultura, Secretaria da Educação/Fazenda, Secretaria do Meio
234 Ambiente/Secretaria do Desenvolvimento. Segmento municípios com três grupos, Alto
235 Tietê com PCJ na suplência, Litoral Norte/Sorocaba Médio Tietê na suplência e Sapucaí
236 Mirim e Grande com Aguapeí-Peixe na suplência. Segmento sociedade civil organizada,
237 Fiesp/FAESP-Federação da Agricultura do Estado de São Paulo suplente, Sintaema titular
238 e OAB suplente e ASSEMAE-Associação Nacional dos Servidores Municipais de
239 Saneamento titular com SOS Mata Atlântica suplente. Desta forma, o presidente da mesa
240 coloca a deliberação em votação que é **Aprovada** e passa para o próximo item de pauta:
241 projeto de lei da minuta da lei específica Billings e do Juquery. Neste momento, em que o
242 secretário do Meio Ambiente, Francisco Graziano, tem que se ausentar, o secretário-
243 adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, Dr. Pedro Ubiratan, passa a presidir a mesa.

244 Pedro Ubiratan cumprimenta a todos os presentes e passa a palavra ao presidente do
245 CBH-AT, Clóvis Volpi. O prefeito faz suas considerações e apresenta a arquiteta Silmara
246 Martins, que faz a explanação sobre as leis específicas. Após a apresentação, Pedro
247 Ubiratan coloca o assunto em discussão. Ouvidas todas as colocações dos conselheiros, a
248 secretária Rosa Maria Mancini propõe um encaminhamento para a questão. “Que conste
249 em Ata que todas as matérias que vierem para análise da plenária passem pela análise da
250 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Minha sugestão é de que neste momento
251 possamos aprovar a matéria com a posição de que a mesma passe pela Câmara Técnica
252 citada para que eventualmente se faça alguma alteração”. Pedro Ubiratan coloca em
253 votação as deliberações. Ambas foram **Aprovadas**. Com a ordem do dia cumprida, Pedro
254 Ubiratan encerra a plenária ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.